

Folha da Manhã ANOS N.º 90
16-22 19/195 6
199

GERAL

Verdades e mentiras sobre a Champion

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES

Foto: Elson Martins



Quando os representantes da multinacional Champion Papel e Celulose entregaram o Projeto Amapá ao escritório do Ibama, as discussões sobre a instalação de 100 mil hectares de eucalipto ainda eram incipientes. Não houvera, até aquele momento, nenhuma grande objeção por parte da sociedade local, exceto murmúrios aqui e acolá, sem grande repercussão. De repente, uma onda de indignação se levantou sem saber distinguir exatamente o que iria afogar. Afogou parte da verdade que circunda o tema e o projeto.

Monoculturas de eucalipto - e não florestas, que são outra coisa - para a produção de papel e celulose foram as grandes responsáveis pela devastação de significativa parcela da Mata Atlântica em regiões como o Espírito Santo e o sul da Bahia. Hoje mesmo, há uma briga judicial em andamento entre os remanescentes dos índios Tupiniquins e a Aracruz Papel e Celulose, a maior produtora de pastas de celulose do país. Os índios acusam a Aracruz - que produz um milhão de toneladas de celulose por ano - de fazer negociatas com terras tradicionalmente indígenas.

Ambientalistas do nordeste e sudeste têm náuseas quando ouvem falar em plantações de eucalipto. Mas, há diferenças irrefutáveis entre esta realidade e a do Amapá.

O ambientalismo lúcido sabe que a demanda por papel é crescente em todo o mundo. Sabe, também, que o Brasil é um indigente em termos de reciclagem e um dos maiores consumidores mundiais do produto.

Mas os ecologistas brasileiros são, eles mesmos, grandes esbanjadores de papel. Num estado tecnocratizado, como é o Amapá, a situação é mais grave, e os detratores da vinda da Champion nem tocaram nesse ponto - que é o que dá sentido à vinda da Champion ao Amapá.

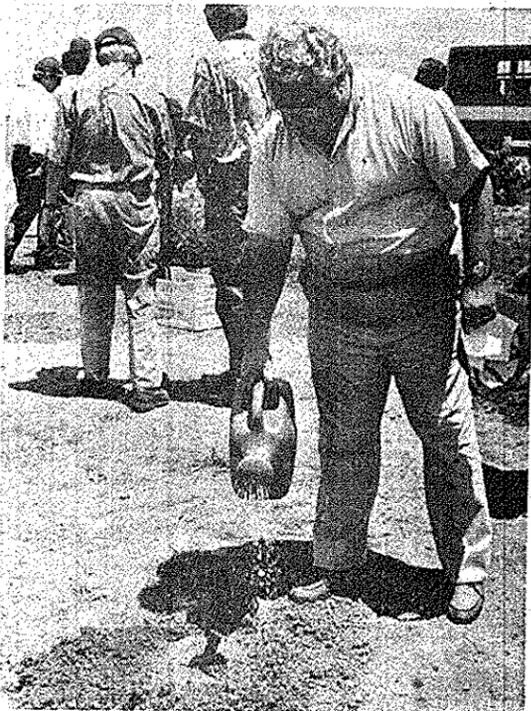
Seria sensato, portanto, conjugar a oposição ao projeto com uma campanha de economia de papel nas repartições públicas. Mas isso parece ser demais para os opositores, mais interessados em fazer oposição cega ao governo que em discutir propostas.

SOLO POBRE

O Brasil é o oitavo produtor de celulose e o 13º de papel e as empresas querem mais. A pressão sobre áreas florestais nativas é crescente. Ano passado, para justificar seu assédio sobre a floresta atlântica, a Aracruz divulgou uma mensagem publicitária hipócrita, afirmando que "dando a esta terra uma função econômica, estamos evitando o aumento de incursões na Amazônia". O argumento é balde, pois se os eucaliptos estão longe da Amazônia, a monocultura de soja começa a morder as bordas da floresta, no sul do Pará, depois de devastar grande parte do cerrado central.

A questão é que o Amapá, apesar de propostas de desenvolvimento baseadas em atividades do setor terciário - como a Zona Franca -, não consegue equacionar a exigência por produção de riquezas. A demanda por geração de riqueza é crescente, principalmente na capital e em Santana. Sem empregos, os migrantes decaem para a criminalidade. O que provém daí são patologias que apontam para um futuro inóspito, como o presente de cidades amazônicas como Belém e Manaus. Um relatório da Sejusp, publicado semana passada na Folha do Amapá, atesta o crescimento de delitos e

Diretores da Champion visitam área do projeto, em Tartarugalzinho



As primeiras mudas: monocultura de eucalipto no cerrado

crimes que, em alguns casos, em cinco anos cresceu 200%, como é o caso do estelionato e dos crimes contra o patrimônio.

Em favor do Projeto Amapá, há também uma proposta de utilização econômica para o cerrado amapaense. Em julho, o especialista em solos do Centro de Estudos Agronômicos das Regiões Quentes, da França, Alain Ruellan, sentenciou que o solo da região é muito pobre. "Não é impossível fazer uma agricultura rica em solo pobre, mas custa muito dinheiro", explicou. O problema é que estado não tem muito dinheiro. Além disso, o prefeito de Tartarugalzinho afirmou que a única coisa que se colhe por lá é fogo.

Mas, se os critérios dos contrários são ambientais, a retenção de carbono pelas monoculturas de árvores, que inibem o efeito estufa, deveria contar ponto nos argumentos dos ambientalistas locais. O deputado João Dias, agrônomo, disse que as chuvas aumentaram na região onde a Amcel fez sua "floresta" de pinus.

AMBIENTALMENTE CORRETO

Entre as tolices evocadas pelos inimigos da Champion, o deputado estadual Paulo José mereceria prêmio. O parlamentar declarou que os profissionais da multinacional "são todos bandidos que vieram saquear o

Amapá", como saiu publicado num semanário da imprensa marron de Macapá. Não é verdade.

Segundo o engenheiro Henrique Svirski, assessor do secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fábio Feldmann, a Champion tem tido um comportamento ambientalmente correto. "A legislação e a fiscalização no estado, hoje, é dura. O marketing negativo representa sempre prejuízo para a empresa", disse. Por isso, a preocupação com a legislação ambiental é crescente, pois as empresas estão de olho no ISO 14.000 e no Selo Verde, atestados de idoneidade ambiental e passaporte para entrar em mercados da Europa e Estados Unidos.

Mas, qualquer atitude de controle sobre as atividades da empresa é bem vinda. Observar a legislação, a exigência do EIA/RIMA e outras garantias nunca é demais. Os argumentos favoráveis ao projeto são fortes, pois o Amapá necessita melhorar sua performance orçamentária e inibir a pressão sobre a capital. Também é desejável ver a floresta amazônica em pé. Se houver alternativa à Champion é melhor, mas até agora, a oposição se preocupou mais em destruir a proposta que em propôr uma alternativa. E o ambientalismo mundial sabe que o principal tirano do meio ambiente, hoje, é a pobreza.